

IDENTIDADES DE GÊNERO DISSIDENTES, RAÇA E TERRITÓRIO COMO ÓBICES AO ACESSO DE JOVENS À EDUCAÇÃO E AO MERCADO DE TRABALHO

Dissident gender identities, race, and territory as obstacles to young people's access to education and the labor market

Adalberto Davi Cruz Moitinho Dourado

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio),
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Luísa Vanessa Carneiro da Costa

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio),
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Milena Afonso dos Santos

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio),
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Informações do artigo

Recebido em 30/10/2024

Aceito em 18/11/2024

doi>: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2024.n263.p696-721>

Copyright (c) 2024 Adalberto Davi Cruz Moitinho Dourado
Luísa Vanessa Carneiro da Costa Milena Afonso dos Santos.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Apoio

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Como ser citado (modelo ABNT)

DOURADO, Adalberto Davi Cruz Moitinho;

COSTA, Luísa Vanessa Carneiro da;

SANTOS, Milena Afonso dos. Identidades de gênero

dissidentes, raça e território como óbices ao acesso de jovens à educação e ao mercado de trabalho. **Cadernos do CEAS:**

Revista Crítica de Humanidades. Salvador/Recife, v. 49, n.

263, p. 696-721, set./dez. 2024. DOI:

<https://doi.org/10.25247/2447-861X.2024.n263.p696-721>

Resumo

O sistema-mundo capitalista oferece paradigmas para pensar o contexto sociopolítico e a dimensão espaço-temporal que delineiam a problemática aqui explorada, articulando as concepções de identidades de gênero dissidentes, raça, território, juventude e acesso ao mercado de trabalho. A juventude trans e travesti negra de Favela¹ é formada por pessoas socialmente marginalizadas e expostas à precariedade, de modo a encontrar óbices no acesso à educação e ao emprego formal, restando a prostituição como única fonte de subsistência para a grande maioria. Assim, o presente trabalho tem como principal objetivo refletir sobre a exclusão de jovens trans e travestis negras, que vivem em territórios de Favela na cidade do Rio de Janeiro, da educação básica e, consequentemente, do mercado formal de trabalho. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, que utiliza entrevistas semi-estruturadas e pesquisa bibliográfica. Conclui-se que é necessária uma prática pedagógica pós-identitária e inclusiva, além de políticas públicas eficazes que desmantelam as normas de gênero e o racismo e suas repercussões sociais, para assegurar o acesso à educação e ao trabalho a jovens travestigêneros negros dos territórios de Favela.

Palavras-chave: Educação. Identidade de gênero. Juventude. Racismo. Trabalho.

Abstract

The capitalist world-system offers paradigms for understanding the sociopolitical context and the spatiotemporal dimension that outline the issue explored here, articulating the conceptions of dissident gender identities, race, territory, youth, and access to the labor market. Black trans and travesti youth in Favelas comprise socially marginalized individuals exposed to precarity, facing significant barriers to accessing education and formal employment, with prostitution remaining as the primary means of subsistence for the majority. Thus, this study primarily aims to reflect on the exclusion of black trans and travesti youth living in Favela territories in Rio de Janeiro from basic education and, consequently, from the formal labor market. Methodologically, this research adopts a qualitative approach, exploratory and descriptive in nature, utilizing semi-structured interviews and bibliographic research. It concludes that a post-identity and inclusive pedagogical practice is necessary, along with effective public policies that dismantle gender norms and racism, and their social repercussions, to ensure access to education and employment for black travesti youth in Favela territories.

Keywords: Education. Gender Identity. Youth. Racism. Work.

¹ Optamos por escrever a palavra Favela, em destaque com inicial maiúscula na intenção de reverenciar a potência desses territórios e no

intuito de estimular a quebra de paradigmas construídos historicamente.

INTRODUÇÃO

A exclusão de corpos travestigêneres do ensino básico e, consequentemente, do mercado de trabalho é um indicativo da exposição à precariedade enfrentada por este grupo diante dos desafios estruturais e sociais enraizados. A marginalização desses corpos dissidentes limita as possibilidades de acesso e permanência em instituições de ensino, reforçando as desigualdades e impossibilitando a emancipação socioeconômica desses indivíduos.

Em vista disso, algumas políticas públicas foram pensadas para facilitar o acesso e permanência de pessoas trans e travestis nas escolas e inseri-las no mercado formal de trabalho. No entanto, essas políticas se demonstram inefetivas, na medida em que os dados ainda apontam para o baixo índice de escolaridade e empregabilidade de pessoas trans e travestis, restando a prostituição como única alternativa para a subsistência, especialmente se considerar os marcadores de raça, classe e território. Para alcançar um cenário de inclusão desses corpos, é necessário questionar e desestabilizar as normas de gênero e o racismo enraizados na nossa sociedade.

As discussões que estão sendo construídas assinalam estratégias de gênero, sexualidade, raça, classe, precariedade e agenciamento político, além da produção de subjetividades, construção de novas cidadanias e produção de saberes. Esses debates envolvem jovens mulheres trans e travestis, moradoras de Favelas e periferias, sobretudo no Rio de Janeiro, que emergem desde as margens sociais que lhes são impostas até os desdobramentos e manutenções diárias para sobreviverem.

A partir disso, o presente trabalho pretende valorizar estratégias reflexivas que permitam perceber as nuances da precariedade na vida de mulheres trans e travestis, negras de Favelas. Além disso, busca compreender as formas e mecanismos de resistência política mobilizados tanto pelas performances corporais quanto pela ação política de sujeitos historicamente invisibilizados ou não inteligíveis, considerados corpos abjetos dentro de uma lógica hegemônica.

Cotidianamente, os sujeitos políticos (trans)formam-se nas suas existências e experiências que servem de impulso para ressignificar as balizas identitárias estabelecidas pela ordem social, política, cultural, heteronormativa e de gênero. Identificadas como corpo

abjeto, as mulheres trans e travestis, jovens, negras e de território de Favelas, permitem ressignificar práticas sociais e subjetividades outras, a partir da agência.

Desse modo, a presente proposta de pesquisa gira em torno de questões que se entrelaçam e fortalecem a luta cotidiana de mulheres trans e travestis, que experienciam, diariamente, processos de violência e violações de direitos em territórios de Favelas. Essas violências decorrem das situações de precariedade que as cercam, tornando essencial a reflexão sobre os paradigmas de vulnerabilidade que se intercalam nesse cotidiano. Além disso, é fundamental considerar o agenciamento político e o processo de subjetivação presentes nas experiências diárias desses sujeitos.

Com isso, o objetivo geral do presente trabalho é refletir sobre a exclusão de jovens trans e travestis negras - que vivem em territórios de Favela na cidade do Rio de Janeiro - da educação básica e, conseqüentemente, do mercado formal de emprego. Para tanto, se divide em três objetivos específicos: 1) Investigar a exploração capitalista do trabalho no viés de raça e território de Favela, em diálogo com os marcadores de gênero e classe; 2) Compreender as identidades de gênero em uma perspectiva crítica e os seus reflexos no acesso à educação e ao mercado formal de trabalho e 3) Discutir sobre a precariedade das profissionais do sexo.

O trajeto metodológico percorrido para a construção do presente foi de abordagem qualitativa, natureza exploratória e descritiva, com utilização de entrevistas semi-estruturadas e pesquisa bibliográfica. A opção pela abordagem qualitativa é ressaltada pela investigação teórica crítica utilizada, de modo a explorar e descrever as estruturas de poder que transformam as identidades de gênero dissidentes, raça e território em óbices ao acesso de jovens à educação e ao mercado de trabalho.

Para somar ao diálogo com experiências concretas de jovens com dificuldades de acesso à educação e ao mercado de trabalho, foram realizadas entrevistas com três jovens, cujas identidades foram preservadas diante da sensibilidade da temática aqui abordada. A **Entrevistada 1** é autodeclarada travesti, negra, moradora da Favela da Nova Holanda e possui 25 anos de idade; a **Entrevistada 2** se identifica como travesti, parda, moradora da Favela Morro do Prazeres e possui 23 anos de idade; a **Entrevistada 3** é autodeclarada como mulher trans e travesti, negra, é moradora da Favela Nova Holanda e possui 28 anos de idade.

Este trabalho foi submetido à Câmara de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), tendo a proposta de investigação e contato com os sujeitos da pesquisa (proposta SGO 476291 Continuação) sido aprovada por

meio do parecer da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio 59-2003, sob o protocolo de número 62-2023.

Assim, o trabalho foi dividido em três eixos de investigação. No primeiro tópico buscou-se refletir sobre a exploração capitalista em um viés de raça, em diálogo com gênero e território. No segundo tópico, buscou demarcar a exclusão de corpos travestigêneres da educação e, conseqüentemente, do mercado de trabalho. Por fim, no terceiro tópico refletiu-se sobre a exposição à precariedade das trabalhadoras do sexo, que tem na prostituição a única alternativa de subsistência.

RACIALIZANDO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA DO TRABALHO: UM DIÁLOGO ENTRE RAÇA, GÊNERO E TERRITÓRIO

O sistema-mundo capitalista oferece paradigmas para pensar o contexto sócio-político e a dimensão espaço-temporal que dão contorno à problemática aqui acionada pela articulação das concepções de identidades de gênero dissidentes, raça, território, juventude e acesso ao mercado de trabalho. O presente artigo, porém, propõe caminhos para o aprofundamento e a reorientação dos referenciais que mobilizam as questões colocadas, a partir da centralização da raça e das narrativas periféricas e faveladas de jovens trans e travestis negras. O argumento é que o viés econômico tão somente ou esse associado ao político, sem a devida racialização dos processos, é insuficiente para oferecer compreensões capazes de incidência crítica sistêmica.

Alinhados a grandes intelectuais negros e abolicionistas, compreendemos que há uma fronteira, uma linha de cor², que é responsável pela segregação dos indivíduos por sua raça. A discriminação racial estrutura o racismo, sistema de dominação imperativo na diáspora negra da América Latina³. Seu poder estruturante e desumanizante se espalha por tudo aquilo que denota traços de negritude. Assim acontece com as Favelas e periferias,

² “Color line” é o termo utilizado pelo abolicionista Frederico Douglas e o historiador panafricanista Du Bois.

³ América Latina é um termo cunhado pela intelectual Lélia Gonzalez que contesta a ideia de que a América Latina tenha uma formação histórico-cultural exclusivamente branca e europeia, mas também (ou até preponderantemente) com a participação africana.

“lugar do negro” (Santos, 2010), espaços-frutos do pós-abolição, este tempo histórico que não só manteve como projetou para o futuro marcas profundas de injustiças raciais.

Desde a Lei de Terras, que impediu que os negros escravizados se tornassem proprietários de terras nos espaços das cidades até a necropolítica dos dias atuais que, conforme teoriza Mbembe (2018), determina quem vive e quem morre, está em curso um projeto que hierarquiza existências e provê a destituição da humanidade de alguns. A expropriação do corpo negro começou no período colonial e na escravidão, quando transformado em mercadoria e expropriado de identidade, direitos e autodeterminação e segue hoje em curso por meio da política da morte nos territórios de Favelas e periferias. De cada dez pessoas mortas no Brasil, oito são negras e 83,1% das vítimas de intervenções policiais no Brasil são pessoas negras e, desse total, 76% são jovens com idade entre 12 e 29 anos (Cerqueira; Bueno, 2023; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

A segregação social tanto é alimentada como produz pobreza, miséria, violência e marginalização, operando por meio de uma engrenagem higienista e de supremacia branca, cuidadosamente construída e mantida pelo aparato estatal. Essa estrutura promove a exclusão de grupos muito específicos, reforçando desigualdades profundas e sistêmicas que perpetuam discriminações e opressões. O Estado, recorrentemente, desempenha um papel crucial na manutenção desse ciclo, seja por ação direta ou por sua omissão em implementar políticas eficazes contra a pobreza e a violência informadas pela intersecção entre marcadores sociais. Assim, a segregação não se limita à divisão física, mas se estende às esferas social, econômica e política, criando uma realidade de marginalização que continua a excluir os mais vulneráveis, consolidando um sistema de privilégios e injustiças estruturais.

A leitura contemporânea sobre a sociedade brasileira, mais especificamente sobre o estado do Rio de Janeiro em sua dimensão que imbrica marcadores sociais de gênero, raça, classe e território, recomenda-se lançar o olhar sobre uma sequência de dinâmicas que inscreveram em sua memória objetiva e subjetiva expressões da colonização, escravidão, desontologização, desterritorialização. Projeções do capitalismo global visceralmente demarcado por suas características mais evidentes e genéricas, ao mesmo tempo, minuciosamente costurado pelas hierarquias-condições de possibilidade para humanização ou morte.

Em diáspora, portanto, o empreendimento moderno colonial-escravista tratou de manter uma linha intransponível de cor que separou aqueles destituídos dos atributos exclusivos do sujeito padrão pertencente à zona do ser e os colocou no lugar de Outro. Objetificados, desumanizados, infantilizados, primitivizados, animalizados, erotizados, docilizados, sempre essencializados. De modo que, a pressuposição de uma única possibilidade de natureza humana, isto é, um padrão de humanidade que não se propôs a abarcar as diversas possibilidades de ser e estar no mundo, recusa as experiências racializadas, estruturando o ideário de direitos. (Santos, 2023, p. 67-68).

Não existe a institucionalização da segregação racial legal no Brasil, no entanto a hierarquia de humanidades e cidadanias informada pela raça organiza a sociedade. A despeito disso, a crença no mito da igualdade racial permanece vivo tal qual um lenitivo para a branquitude. É sob esse manto que os componentes racistas do sistema vão seguindo incontestes em sua maioria, de modo a manter o *apartheid*. Seja pelas barreiras de acesso aos serviços e equipamentos de saúde, na trajetória da educação formal, nas condições de moradia, na favelização, em termos de segurança alimentar, na dimensão da segurança pública, na ocupação de postos de trabalho, a população negra está a serviço de uma matriz racista. As condições sociais deixam os limites da zona do ser e da zona do não ser (Fanon, 2008) bem demarcados, mas o *apartheid* é também econômico e político.

Desse modo, sob o imperativo da lente analítica da “condição racial” produzida historicamente como garantidora da linha de cor que divide sujeitos de não sujeitos, aqui está uma análise sobre a exploração capitalista do trabalho considerando raça, gênero, classe e território de forma imbricada, a partir da chave metodológica do capitalismo canibal de Nancy Fraser (2024). Alinhados com a produção teórica dessa intelectual, a compreensão adotada é a de que o capitalismo não é estruturado apenas por relações baseadas na economia, pois não é apenas um sistema econômico. Não é forjado tão somente nas trocas mercadológicas, nem exclusivamente pela exploração do trabalho assalariado na produção de mercadorias. Mas sim pela combinação dessas duas premissas com insumos “não econômicos”, que juntos formam uma base estrutural assentada na opressão racial dentro de uma ordem social institucionalizada.

Falar do capitalismo como uma ordem social institucionalizada, baseada na premissa dessas separações, é sugerir sua imbricação estrutural e não acidental com a dominação de gênero, a degradação ecológica, a opressão racial-imperial e a dominação política — tudo em conjunto, é claro, com sua dinâmica estrutural e não acidental da exploração do trabalho (duplamente) livre em primeiro plano (Fraser, 2024, p. 37).

Mbembe (2018) e Fraser (2024) deslocam a expropriação para o centro do debate, afirmando seu papel estruturante para o capitalismo, que de forma alguma se conforma apenas com recursos materiais. Para além da captura forçada e contínua da riqueza de povos subjugados e minorizados, confisca capacidades humanas e recursos naturais, despoja do direito à vida e à dignidade e convoca à permanente expansão do capital.

O argumento delineado aqui considera as periferias e Favelas como territórios racializados e, portanto, submetidos a formas de controle que visam assegurar a precarização e o baixo valor das vidas a eles relacionadas. Essa equação funciona tal qual uma garantidora da divisão racial do trabalho e do espaço urbano, bem como de outras lutas de fronteira/terrenos ocultos⁴ como dissidências de gênero. A ideia de desigualdade é insuficiente para dar conta dos processos de desumanização que sobrepujam inclusive a tradicional via capitalista da exploração, fruto do contrato de trabalho, cuja contraprestação é o salário. A exploração não é para todos. O que está no centro da crise é a expropriação da liberdade.

A força propulsora da exclusão de jovens trans e travestis negras - que vivem em territórios de Favela na cidade do Rio de Janeiro - da educação básica e, conseqüentemente, do mercado formal de emprego está íntima e indissociavelmente imbricada com a injustiça estrutural racista, transfóbica e classicista. Esse emaranhado coordenado impede que as margens da crise capitalista sejam alcançadas e os caminhos para o seu fim percorridos. Muito embora as barreiras de acesso se coloquem para a grande maioria dos jovens desprovidos de propriedade, ainda haverá uma pirâmide de cidadanias e humanidades e a divisão entre cidadãos de primeira e segunda classe. Até para ser explorado pela crise capitalista é preciso ser reconhecido como sujeito. Aos não reconhecidos como tal, o poço é mais fundo e predatório.

Segundo Fraser (2024), hoje, no capitalismo financeirizado, emerge uma nova característica que viabiliza pontos de contato entre a exploração e a expropriação, de modo

⁴Termos cunhados por Nancy Fraser. As lutas de fronteira são localizadas condições de fundo indispensáveis para a exploração do trabalho, porque revelam as contradições do capitalismo que precisa desses "terrenos ocultos" para se expandir. Campo essencial de resistência e de disputa política para uma reorganização que possa desafiar o "capitalismo canibal".

que a quantidade de pessoas submetidas tão somente à primeira é cada vez menor. A despeito disso, transitar entre as duas “ex” (exploração e expropriação) ou acumular as duas possibilidades continua a ser um direito racializado. A exacerbação da crise não coloca a todos no mesmo patamar, em condições de igualdade. Pelo contrário, agudiza os abismos, vulnerabilizando ainda mais os já vulneráveis. Não há sequer oportunidades iguais de canibalização. O sistema vai engolir primeiro os considerados destituídos de subjetividade.

Flauzina (2006) alerta que o racismo instrumentaliza a subjugação dos segmentos compreendidos como fora do paradigma civilizatório europeu. Pires (2019) destaca que aqueles enquadrados no padrão branco, masculino, cisheteronormativo são dignos de acolhimento pela régua de proteção existente. São estes que podem, por exemplo, desfrutar de direitos como liberdade, em detrimento de processos de natureza colonial como assimilação e aculturação violentos. Logo, o sujeito de direitos nasce da exclusão do “outro”.

É nesse cenário que as disputas contra o sistema⁵ emergem na busca por fissurar a lógica de dominação e opressão que informa a nossa sociedade. Ser jovem travestigênera, negra e periférica dentro do sistema é um prato cheio para a dieta canibal do capitalismo racial (Fraser, 2024) que o alimenta de vários ingredientes não-econômicos, porém riquíssimos e indispensáveis à sua expansão. A dimensão do mercado de trabalho formal com o mínimo de dignidade é, portanto, uma linha de chegada quase que inalcançável para esse grupo. Na perspectiva do capital, as crises estão costuradas e têm natureza econômica, ecológica, social e política, indissociavelmente entrelaçadas ao imperialismo, à opressão racial e todas as camadas profundas que se perfazem a partir dessa combinação.

O que conta como luta anticapitalista é, portanto, muito mais amplo do que marxistas tradicionalmente supuseram. Assim que olhamos para o que está por trás da história de frente, todas as condições de fundo indispensáveis para a exploração do trabalho se tornam focos de conflito na sociedade capitalista — não só as lutas entre trabalho e capital no ponto da produção, mas também lutas de fronteira relacionadas à dominação de gênero, à ecologia, ao racismo, ao imperialismo e à democracia. Contudo, também é importante notar que essas lutas aparecem agora por outra ótica: como lutas no próprio capitalismo, em torno dele e (em alguns casos) contra o sistema (Fraser, 2024, p. 42-43).

⁵ Termo formulado por Jota Mombaça é uma combinação de “cis”, referindo-se a pessoas cisgêneras, cuja identidade de gênero corresponde ao sexo atribuído ao nascer e “sistema”, representando as estruturas sociais e políticas que mantêm a normatividade cisgênera. Designa um sistema de opressão que valida e privilegia corpos cis e marginaliza, violenta e exclui corpos trans e não binários.

A disputa pela possibilidade de ocupar o mercado formal de trabalho por jovens travestigêneres periféricas é, portanto, uma luta por reconhecimento como sujeito de direitos. É um enfrentamento à institucionalização e naturalização das barreiras de acesso a direitos para determinados grupos. É uma convocatória à quebra de uma hegemonia histórica. Trata-se de reconhecer a Favela como cidade e seus moradores como cidadãos em sua completude existencial. O acumpliciamento sistêmico, social e político com a segregação perpetua a face mais canibalesca do capitalismo.

ENTRAVES ENFRENTADOS POR CORPOS TRAVESTIGÊNERES NA EDUCAÇÃO E NO MERCADO DE TRABALHO

A exclusão de corpos travestigêneres do ensino básico do mercado formal de trabalho é um indicativo da exposição à precariedade enfrentado por este grupo diante dos desafios estruturais e sociais enraizados. A marginalização desses corpos dissidentes limita as possibilidades de acesso e permanência em instituições de ensino, reforçando as desigualdades e impossibilitando a emancipação socioeconômica desses indivíduos.

Para refletir sobre a identidade das pessoas trans e travestis dos territórios de Favela, é necessário problematizar a categoria da identidade de gênero, pois é também através da atribuição de gênero que as pessoas são identificadas na sociedade moderna. Para tanto, é importante demarcar como as regras e definições relativas ao gênero influenciam na construção da identidade e da percepção subjetiva.

Butler (2003) questiona se a identidade corresponde a um ideal normativo, ou se está imbricada à descrições empíricas, como é comumente pensado. Para a filósofa, a ideia que se constroi em torno de uma pessoa não é uma característica lógica, mas sim um produto que resulta de construções sociais. Sendo assim, aqueles que não se enquadram nas categorias normativas de gênero, sexo e sexualidade têm seu reconhecimento enquanto pessoa negado, vivendo uma vida exposta a precariedade.

O pensamento binário em torno do gênero, conforme Passos (2022), se constrói a partir de categorias opostas, excludentes, hegemônicas e socialmente aceitas, que não abrem margem para outras possibilidades. Butler (2003) explica que gênero inteligível corresponde a identidade de gênero que se constrói a partir da coerência com as próprias

categorias de sexo, gênero, prática sexual e desejo. Isso significa que as leis que estabelecem a relação causal entre genitália e os gêneros binários culturalmente definidos e sua expressão em relação ao desejo sexual, são as mesmas normas que proíbem e produzem os gêneros descontínuos e incoerentes.

A reprodução generificada dessas normas exige uma representação corporal, de modo que, quando esses campos se rompem, ainda que provisoriamente, essas normas provocam consequências que não foram previstas. Em decorrência disso, abre um novo caminho para viver o gênero de modo a desafiar as normas de inteligibilidade, é assim que pessoas transgêneros e, até mesmo, pessoas que se opõem a distinções categóricas de gênero, vivem (Butler, 2023a). Nesse sentido, Jesus (2012) ressalta que sexo é biológico e o gênero socialmente construído pela cultura, de modo que o fator determinante para reconhecer a identidade de gênero de algum indivíduo é a autopercepção.

Isso ocorre devido ao fato de que o gênero, como explica Butler (2023b), é performativo. Isso significa que o gênero é um tipo de representação, o gênero é induzido por normas obrigatórias que exigem que as pessoas sejam de um gênero ou de outro, em um padrão binário. A reprodução de gênero é, portanto, uma relação de poder, não existe gênero sem a reprodução dessas normas, “que no curso de suas repetidas representações corre o risco de desfazer ou refazer as normas de maneira inesperada, abrindo a possibilidade de reconstruir a realidade de gênero de acordo com novas orientações” (Butler, 2023, pp. 40-41).

Vergueiro (2015) reflete que a cisgeneridade é um conceito central para a descolonização de corpos e gêneros desconformes. A cisgeneridade é um termo alcunhado pelo ativismo trans para designar as identidades de gênero naturalizadas e idealizadas, em oposição aos termos “homem natural/biológico” e “mulher natural/biológica”. Logo, o termo cisgênero abarca todas as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído em seu nascimento, isto é, são as pessoas não transgêneros. As pessoas transgênero são aquelas que se identificam com o gênero divergente daquele atribuído em seu nascimento, abarcando múltiplas possibilidades: mulher trans, travesti, homem trans, transmasculino, não-binário, entre outros.

Kilomba (2019) chama atenção para a necessidade de genderizar o racismo, pois o racismo e sexismo não devem ser encarados como formas de opressão que operam em singularidade, mas que se entrecruzam levando as pessoas negras e racializadas do gênero feminino a viverem experiências únicas de racismo. Ao invés de atribuir ao gênero um sentido

isolado, Pires e Gill (2023) situam essa categoria como imbricada à humanidade, ao sujeito e às relações sociais, esse movimento tem o escopo de ampliar o imaginário conceitual e político, se opondo a recortes com referenciais eurocentrados.

No âmbito educacional, considerando a realidade do ensino formal massificado existente no Brasil, não há o reconhecimento e identificação dos sujeitos que divergem dos padrões reconhecidos e legitimados por estruturas simbólicas, o que dificulta a participação dessas pessoas no contexto social. Essa falta de reconhecimento, somada às práticas discriminatórias e estigmatizantes, podem gerar sentimentos de injustiça nos jovens trans ao longo da sua escolaridade (Carvalho; Oliveira, 2017).

A Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil constatou que cerca de 82% das pessoas trans e travestis são levadas a abandonar o ensino médio entre 14 e 18 anos de idade. Do mesmo modo, a Associação Nacional de Transsexuais e Travestis (ANTRA), em 2022, destacou que cerca de 70% de pessoas travestigêneres não concluíram o ensino médio e apenas 0,02% ingressaram no ensino superior (Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana, 2023).

O cenário é o mesmo para a população LGBTQAI+ dos territórios de Favela, especialmente para as pessoas trans e travestis negras. Em uma pesquisa desenvolvida pelo Grupo Conexão G de Cidadania LGBT de Favelas, por meio do Observatório de Violências LGBTI+ em Favelas, em 2023, foi constatado que 25,5% das pessoas travestigêneres de Favela não ingressaram no ensino médio, e, das pessoas que conseguem ingressar no ensino médio, apenas 30,7% concluíram. O estudo conclui que, embora toda a população LGBTQIA+ sofram com as violências produzidas pelas instituições de ensino, tais violências recaem com mais força em pessoas trans e travestis (Conexão G, 2024).

Em vista disso, algumas ações foram tomadas no âmbito público, no sentido de mitigar os entraves enfrentados pelas pessoas que vivem gênero e/ou sexualidade fora da norma no âmbito escolar, principalmente após o governo Lula em 2003. Com isso, foram criados planos governamentais com o intuito de mobilizar a conscientização frente às questões de gênero e sexualidade na educação, foram criados: o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres em 2004, o Programa Brasil sem Homofobia também no ano de 2004, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos em 2006, além do documento Gênero e Diversidade Sexual na Escola: Reconhecer Diferenças e Recuperar Preconceitos, em 2007 (Lima, 2020).

Além disso, em 2015 foi publicada a Resolução nº 12, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - (CNDC/LGBT), para estabelecer parâmetros para a garantia de pessoas trans e travestis em instituições de ensino, garantido às pessoas travestigêneres o uso do nome social, uso de banheiros, vestiários e uniformes em conformidade à identidade de gênero expressado pela autonomia da vontade do indivíduo (Brasil, 2015).

No entanto, essas medidas enfrentaram resistências para serem aceitas e consolidadas no contexto educacional, isso corrobora para a permanente evasão de pessoas trans e travestis da educação básica e superior no país conforme os dados supracitados. Várias são as justificativas para a ineficácia dessas políticas públicas, como a não adesão institucional à nível municipal, o conservadorismo do Congresso Nacional que barra os projetos de combate à LGBTQIA+fobia e promoção da cidadania LGBTQIA+ e o fundamentalismo religioso (Lima, 2020).

As políticas para o fortalecimento da diversidade de gênero e sexualidade no âmbito escolar têm sido falsamente retratadas por movimentos conservadores, pelos seus múltiplos condicionantes morais, políticos e religiosos (Cardoso; Costa; Dourado, 2024). Esse movimento ganhou força com a ascensão do ex-presidente Jair Bolsonaro, na medida em que o mesmo realçou as pautas anti-gênero no campo político, como também pela evidente tomada institucional conservadora da disseminação da “ideologia de gênero” (Cardoso; Tavares, 2023).

Nesse contexto, em 2017 intensificaram-se as disputas político-jurídicas em torno da educação sexual e diversidade de gênero nas escolas, na medida em que alguns municípios apresentaram Projetos de Leis Municipais que visavam proibir essas abordagens nas escolas. Em resposta, o Supremo Tribunal Federal (STF), como guardião da Constituição Federal, constituiu uma linha argumentativa no sentido de considerar as Leis Municipais inconstitucionais, proibindo juridicamente os retrocessos, sem, no entanto, dialogar com as perspectivas epistêmicas dissidentes (Cardoso; Costa; Dourado, 2024).

O fato é que, apesar das disputas político-institucionais e dos pequenos avanços em torno do acesso e permanência da educação por pessoas transexuais e travestis, essas pessoas ainda enfrentam muitos obstáculos na sua jornada educacional. Conforme o Observatório de Violências LGBTI+ em Favelas (2024) aduz, as escolas são espaços em que circulam os dogmas e valores de uma sociedade heterocisnormativa, de modo a legitimar os

papeis de gênero previamente estabelecidos, tornando-se um espaço desconfortável, hostil e violento para pessoas LGBTQIA+.

Louro (2001), destaca a importância de pensar uma política pós-identitária para a educação. Para tanto, é necessária uma percepção crítica do sistema binário homossexual/heterossexual e cisgênero/transgênero como únicas categorias estáveis e antagônicas, a política pós-identitária não se limita a afirmar uma identidade, mas em questionar as próprias estruturas da identidade. No contexto educacional, é preciso buscar prática pedagógica que não enquadre as identidades, pelo contrário, que desconstrua as normas de gênero e sexualidade por meio de discussões críticas, promovendo a inclusão e a validação de novas perspectivas epistemológicas.

Na contra-mão disso, está a Reforma do Ensino Médio pela Lei 13.415/2017, na medida em que foi constatado uma falta de participação de professores e alunos na “flexibilização e modernização” dos currículos escolares, promovendo essas mudanças sem diálogo com os principais afetados. Do mesmo modo, a influência de atores privados na reforma demonstra os interesses comerciais da reforma, o que leva ao crescimento das desigualdades entre alunos e prejudica o acesso à educação de jovens de baixa renda. Além disso, a ampliação da carga horária e a falta de estrutura das escolas públicas impactam diretamente os alunos menos favorecidos (Costa; Coutinho, 2018).

Do mesmo modo, o Observatório de Violências LGBTI+ de Favelas (2024) chama atenção para a necessidade da implementação de políticas públicas efetivas e práticas pedagógicas inclusivas para combater a discriminação no âmbito educacional, especialmente nos territórios de Favelas do Rio de Janeiro. A **Entrevistada 1** (travesti, negra, de 25 anos), reflete sobre a necessidade de promover o acesso à educação e ao trabalho, para aumentar a expectativa de vida de pessoas travestigêneres e o bem-estar dessas pessoas:

Entrevistada 1: *Para a gente poder, de certa forma, fazer com que essa pessoa consiga crescer, porque se eu não proporcionar para ela uma expectativa de vida, uma qualidade de vida melhor, não tem como falar pra ela de saúde, não tem como falar de educação, eu não tenho como falar de trabalho, então eu acho que é tudo isso, que está interligado ao mesmo tempo, sabe? Então é construir isso, passar por esses caminhos e depois a gente vai chegando num propósito que é no sentido de promoção dos direitos, de promoção do acesso ao trabalho.*

Nesta seara, a **Entrevistada 2** (travesti, parda, de 23 anos) chama atenção para o fato de que é preciso pensar em política de permanência no âmbito educacional, mas também

que sejam dadas oportunidades de emprego para a mão de obra qualificada travestigênera, as ações voltadas à educação e à qualificação profissional, sem uma política de continuidade, tornam-se esvaziadas e inefetivas:

Entrevistada 2: *Dá um auxílio transporte, dá uma bolsa pra gente conseguir pelo menos se alimentar no lugar, mas também falta vocês darem as oportunidades, não adianta vocês quererem dar as oportunidades de qualificação, mas vocês não darem as oportunidades de emprego, as oportunidades de trabalho, tipo, tá sempre nesse embate, acho que é muito isso.*

A dificuldade de acesso e permanência dos corpos travestigêneres na educação básica e universitária implica diretamente na dificuldade de acesso ao mercado formal de trabalho. Sobre isso, a **Entrevistada 2** pontua que nunca teve um trabalho fixo e gostaria de conseguir um emprego formal na área da dança, de modo que possa ter uma renda mensal e ser respeitada no exercício do seu trabalho.

Entrevistada 2: *Mas enfim queria tá dentro de um de um corpo de balé, onde eu me sinta à vontade, onde eu veja que o meu corpo não é só uma cota, não é só mais um corpo que tá ali só para preencher um lugar, mas sim que meu corpo está ali presente e que está sendo escutado e está sendo ouvido pelas outras pessoas, como um corpo que também precisa de demandas e um corpo que precisa de cuidado também. Então, acho que a questão profissional é essa, de conseguir trabalhar fixamente com a dança e não só esporadicamente. Eu nunca tive um trabalho fixo, então acho que um sonho meu é trabalhar fixo com a dança, onde eu ensaio todos os dias para fazer um show foda, para a gente rodar o mundo todo, rodar o Brasil todo, fazendo esse show.*

A **Entrevistada 3** (mulher trans/travesti, negra, de 28 anos) falou que antes de passar pela transição de gênero tinha um emprego formal e estudava em um curso técnico, porém, precisou abrir mão de tudo isso para viver em conformidade com a sua identidade de gênero e não conseguiu mais se inserir no mercado formal de trabalho. **Entrevistada 3:** *“eu abandonei tudo, trabalho, curso e cai na pista, tipo eu comecei a botar roupa e me prostituía [...]. Tipo, não era isso que eu queria, não era a expectativa, mas era o único meio que eu tinha né? Aí dali eu fui me construindo”.*

No âmbito da empregabilidade e renda de pessoas LGBTQIA+ de Favelas o Conexão G (2024) constatou violências sofridas por este grupo no exercício das suas profissões. Quando aplicada a identidade de gênero como lente de análise, apenas 14,2% das pessoas travestigêneres possuem empregos formais, 23,5% está desempregada e 40,5% trabalham

informalmente como alternativa de renda, com trabalhos precarizados, inclusive como profissionais do sexo, tema que será melhor abordado no próximo tópico.

A análise da exclusão de corpos trans e travestis na educação e no mercado formal de trabalho revela um ciclo persistente de precarização e exposição à vulnerabilidade, principalmente se atentarmos aos marcadores de raça e território. A inefetividade das políticas públicas voltadas para essa população e o avanço do conservadorismo corroboram para a evasão escolar, exclusão do mercado formal de trabalho e a consequente prostituição como única alternativa para a sobrevivência. Portanto, é necessária a incursão de políticas efetivas de acesso e permanência de corpos travestigêneres à nível educacional, de modo a dismantelar as barreiras impostas pela heterocisnormatividade.

A PRECARIEDADE DAS PROFISSIONAIS DO SEXO

A precariedade das mulheres trans e travestis pretas e pobres é uma realidade que reflete múltiplas camadas de exclusão e violência estrutural. No Brasil, o cenário para essa população é especialmente desafiador, pois além de enfrentarem transfobia, também sofrem racismo e discriminação de classe, o que gera barreiras intensificadas para acessar direitos básicos como educação, saúde, trabalho digno e moradia.

Quando falamos sobre as mulheres trans e travesti, devemos considerar que os marcadores de gênero, raça e classe estão totalmente imbricados em sua trajetória cotidiana, de tal maneira que desde a sua infância convivem com diversas situações de violência e precariedade, o que condiciona uma rejeição entre familiares e pessoas próximas.

Sobretudo, é importante perceber que a violência de gênero reflete, ainda, no processo de violência física, psicológica, moral, sexual e o abandono de familiares, amigos, e pessoas do seu ciclo de convivência, seja no trabalho, na escola, no bairro ou nas ruas. Nesse sentido, conseguimos perceber que historicamente há uma marginalização das mulheres trans e travestis na sociedade e isso se reforça, quando consideramos o acesso e permanência nos espaços educacionais e no mercado de trabalho.

A respeito disso, Benevides (2023, p. 58) dispõe que “a maioria das pessoas trans negras (pretas e pardas) é a que enfrenta os maiores índices de desemprego, dificuldade de inserção do mercado de trabalho e tem a menor renda”, a esse respeito, podemos perceber que a **Entrevistada 3** relata o quão angustiante foi o início de sua transição, uma vez que foi

condicionada a experienciar o abandono familiar e se arriscar enquanto profissional do sexo, não por escolha, mas por necessidade.

Entrevistada 3: *Porque quando eu decidi mesmo me transformar, eu não sabia o que fazer e minha mãe não me aceitava como trans na casa dela. Aí o último trabalho que eu tive, eu peguei minha rescisão. [rindo] Olha a doideira que eu fiz, eu conheci uma trans no Facebook, ela era cafetina, ela morava em BH. Aí eu falei eu vou para casa dela, porque eu queria virar travesti, se foda o que acontecer.*

Muitas dessas jovens são expulsas de casa ainda cedo, o que limita suas oportunidades educacionais e de inclusão no mercado de trabalho, o que as empurra para contextos de vulnerabilidade, devido à precarização que as rodeia. Sem estrutura familiar e escolar, elas crescem à margem, enfrentando preconceito, discriminação e opressão e, muitas vezes, sem conseguir concluir os estudos.

É importante destacar que o que aqui estamos chamando de precariedade, de acordo com Butler (2015), não está no ser, no sujeito, e sim, nas contingências que o envolvem, bem como nas relações de poder que o atravessam. Portanto, a precariedade é uma noção política. Assim, a apreensão de uma vida como precária pode nos conduzir a dois caminhos: ao seu destroçamento ou a sua proteção.

Com isso percebemos que algumas vidas “não são qualificadas como vidas” (Butler, 2015, p. 13), e assim refletimos o quanto o ciclo de exclusão das mulheres trans e travestis, sobretudo negras, de Favelas e periferias, é reforçado por um sistema que não oferece políticas públicas suficientes para inclusão e permanência dessa população nas escolas, no mercado de trabalho e outros espaços que não sejam os da violência. A esse respeito, entendemos importante destacar os dados do Observatório de Violências LGBTI+ de Favelas.

Uma visão geral sobre o grau de escolaridade das 1.705 pessoas respondentes do formulário do Observatório de Violências ao longo do período de atividade da pesquisa (2022-2023) indica que cerca de 19% (328 pessoas) não ingressaram no ensino escolar médio, tendo 176 destas pessoas concluído o ensino fundamental e 152 não, culminando em uma evasão de 45,7%. Se consideramos ingresso, conclusão e evasão de pessoas respondentes no ensino escolar médio, temos que 57% (975 pessoas) ingressaram no ensino médio, cerca de 67% chegaram a concluí-lo e a evasão resulta em 33% (322 pessoas) (Conexão G, 2023, p. 37).

É necessário discutirmos e defendermos “a empregabilidade real, com direitos assegurados, plano de carreira e possibilidade de ascensão e sucesso no desempenho de

funções laborais” (Benevides, 2023, p. 56), pensando nisso, identificamos cada vez mais, que o preconceito estrutural se faz presente na vida dessas jovens, o que reflete na exigência de qualificação três vezes mais, se comparando às pessoas cisgênero, e mesmo assim, uma agravada falta de oportunidades. Sendo assim, “não se trata apenas de inclusão, mas de garantir a permanência no mercado formal de trabalho, possibilitando investimentos em qualificação para o sucesso profissional” (Benevides, 2023, p. 56).

Com um cenário perpassado pela precariedade e exclusão, notamos que a realidade das ruas, da pista ou do mercado informal de trabalho se torna uma das poucas opções de sobrevivência para esse público, o que o Observatório de Violências LGBTI+ de Favelas dispõe: “reste a prostituição como alternativa que frequentemente expõe pessoas travestigêneras a mais ciclos de violência de gênero, racial e adoecimento mental e físico” (Conexão G, 2023, p. 40). Assim, a precariedade das mulheres trans e travestis pretas e pobres, de Favelas, periferias e subúrbios é reflexo de uma sociedade que não as vê como sujeitas de direitos plenos, negando-lhes as oportunidades básicas e submetendo-as a condições de vida extremamente opressoras.

Diante do contexto de sobrevivência que vivem as mulheres trans e travestis, pretas, de território de Favela, a prostituição acaba sendo uma das poucas opções de subsistência em decorrência de uma série de fatores econômicos, sociais, políticos, estruturais e que envolvem perspectivas de gênero, raça e classe. Dessa forma, essas mulheres vivenciam, desde a infância e adolescência, diversas dificuldades e limitações, seja nas relações familiares ou interpessoais.

Para que possamos perceber o quanto essas dinâmicas são marcas na vida de mulheres trans e travestis, podemos perceber a narrativa da Entrevistada 3, que diz: *“Eu me considero mulher trans, mas também como travesti, porque foi onde iniciei. Porque quando eu comecei, eu não tinha nenhuma referência de mulher trans trabalhando, pra mim as meninas eram tudo da pista e era a maioria daqui, aí eu me considero travesti por essa forma política também, de como foi meu início”*.

A partir disso, Benevides (2023, p. 56) entende que “[...] é essencial atuar para que jovens travestis e mulheres trans, assim como para outras identidades que atuam no trabalho sexual, tenham a possibilidade de acessar empregos longe da exploração sexual de menores”. Considerando que as mulheres trans e travestis estão condicionadas, em razão dos

marcadores sociais de gênero, sexualidade, raça e classe, a trabalhar como profissionais do sexo.

Nesse sentido, Butler (2019) propõe que uma nova forma de organização política seja pensada tendo como princípio o reconhecimento de uma interdependência inevitável e o apelo da precariedade da vida. A vida, dessa maneira, não pode ser pensada como algo prévio, mas sim como algo que acontece mediante a dolorosa e prazerosa exposição ética uns com os outros, e é a partir da interrupção da violência que podemos abrir espaço para a ética.

O ciclo de exclusão e precariedade é reforçado por um sistema que não oferece políticas públicas suficientes para inclusão da população trans e travesti nos espaços sociais e políticos, pois lhe é atribuído um estereótipo de produção de violências, fazendo com que se amplie a realidade da pista como uma das poucas opções de sobrevivência e de garantia do mínimo, em pouquíssimas condições dignidade.

Assim, a precariedade das mulheres trans e travestis pretas, pobres e de Favela, é reflexo de uma sociedade e de um Estado que não as vê como sujeitas de direitos e garantias básicos, negando-lhes oportunidades e submetendo-as a condições de vida extremamente discriminatórias. Percebemos que as violências simbólica, física, estrutural, psicológica, sexual, econômica, dentre outras, são realidades na vida dessas mulheres, em uma sociedade que não as reconhece como vidas dignas de luto (Butler, 2019).

Podemos perceber isso com a narrativa da **Entrevistada 2** que diz morar no Rio de Janeiro desde o ano de 2019, na Vila Residencial, que é uma parte da cidade universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e enfrentou diversas dificuldades, especialmente no quesito moradia e financeiro.

Entrevistada 2: *Morei lá até quando veio a pandemia em 2020, durante a pandemia eu tava sozinho numa república só de meninos, foi o ó. Na época eu ainda não era travesti, eu me entendia enquanto uma pessoa não binária, só tinha eu de pessoa não binária na república, e aí vários acontecimentos, em 2020 com a pandemia eu voltei para o sul. Não tava dando certo aqui, não tava dando certo não, eu tava sem dinheiro aqui, porque ficar sozinho no Rio de Janeiro sem ter familiares sem ter amigos direito, numa pandemia, onde a gente estava dentro de casa sem fazer nada, um monte de gente já tinha saído, eu tava basicamente sozinho na República.*

Essas imbricações nos convidam a refletir sobre as nuances de violência e precariedade presentes na vivência de pessoas LGBTI+ - sobretudo, mulheres trans e travestis negras -, moradoras de Favelas e assim, compreendermos questões sobre a dimensionalidade de novos agenciamentos políticos e produção de subjetividades construídos no cotidiano desses atores sociais.

Por isso, se faz necessária, a compreensão da vivência desses atores políticos e sua trajetória de luta e resistência, para superar os inúmeros processos de violência social, política, de gênero, classe, raça e precariedades outras, significadas pelos enquadramentos das políticas de violência e mapeados pela estigmatização dos corpos trans e travestis, de Favelas e periferias.

Nesse sentido, é importante pensarmos a preservação da vida que, por sua vez, envolve o pensar autêntico e as mobilizações outras, dando sentido a ação política, de sujeitos invisibilizados, de modo que não cabe à sociedade, Estado e instituições, o poder sobre o/a corpo/corpa, nem tampouco, determinar “quando e onde começa a vida ou como deve terminar, [...] *a quem pertence a vida que conta como vida*” (Butler, 2021, p. 65).

“A política é ‘uma vida’ e uma ‘prática’ [...]. Mas só se pode dedicar-se a ela através de uma escolha livre e voluntária” (Foucault, 2020, p. 113). Sendo assim, percebemos o quanto uma forma de organização política dos sujeitos, estruturada a partir da luta, em razão da precariedade da vida, pode ampliar os espaços para a ética e produz novas maneiras de (re)existir.

Nesse sentido, “o exercício da atividade política é efetivamente uma ‘vida’, implicando um engajamento pessoal e durável” (Foucault, 2020, p. 113). Desse modo, é importante refletirmos sobre as assembleias onde os corpos se engajam politicamente, unindo-se em ação política coletiva, a fim de expandir as lutas sociais e identitárias.

De modo que “o fundamento, o vínculo entre o próprio sujeito e a atividade política, o que constitui o indivíduo enquanto ator político, não é – ou não é somente – seu *status*; é, no quadro geral definido por sua origem e sua posição, um ato pessoal” (Foucault, 2020, p. 113). Desse modo, podemos compreender o sentido e a potência das formas de resistência experimentadas por atores sociais marginalizados historicamente, privados do acesso à políticas públicas de garantias de direitos e do gozo da igualdade social, política, de gênero, dentre outras.

Nessa conjuntura, é importante pensarmos a dimensionalidade da trajetória histórica, das memórias e conexões entre mulheres trans e travestis, negras, que vivem em territórios de Favelas, bem como as práticas de empoderamento, construção de saberes e de conhecimentos que se perfazem na atuação desses sujeitos e de seus corpos, em Favelas e periferias de grandes centros urbanos.

Considerando que os eixos socioeconômicos se sobressaem nas narrativas das mulheres trans e travestis entrevistadas e que isso gira em torno das perspectivas educacionais e empregatícias, é importante perceber que, nas favelas, esses sujeitos trabalham cotidianamente na tentativa de minimizar os preconceitos vivenciados. Seus corpos, marcados pela violência, mas também fortalecidos pela reflexão e pela ação, (re)existem e rompem o modelo de sociedade hegemônica.

Assim, a **Entrevistada 2** relata o quão difícil foi, desde antes mesmo de sua transição *"Então, para mim foi muito difícil, é... essa transição, porque eu fui criada em um ciclo evangélico, né? Então minha mãe, ela sempre mostrou para mim que isso era errado. Então para mim, iniciar a transição, tipo foi bem complicado, eu tive que realmente querer isso pra minha vida. Eu tive que abandonar trabalho, abandonar casa"*.

É pensando nas experiências singulares – de dor – que se constituem as subjetivações coletivas, as quais rompem com as lógicas hegemônicas e permitem a resignificação de práticas sociais e subjetividades, (re)criando condições e processos de mudança. Sendo assim, as estratégias de resistência ou subversão tornam possível o encontro entre reflexão e ação, rompendo a cultura do silêncio (Freire, 2021).

Nesse sentido, em Butler (2009), encontramos respaldo para as estratégias de resistência e subversão que buscamos articular às reflexões sobre o processo de produção de subjetivações políticas construído por mulheres trans e travestis, negras, moradoras de favelas e periferias, especialmente da cidade do Rio de Janeiro. Seguindo essa perspectiva, percebemos que o discurso produzido pelos corpos é construtivo, produtivo e performativo dessas subjetividades.

Considerando os corpos-lugares e as subjetivações produzidas por mulheres trans e travestis de favelas, podemos enfatizar o papel da construção coletiva no processo de subjetivação. Esse processo se dá desde a formação pessoal dos estados intencionais dos sujeitos até a ação e resistência políticas, movidas pelo desejo, dentro de uma estrutura social, política e institucional patriarcalista, que as expõe a diversas situações de

precariedade. Essa precariedade é resultante dos marcadores de vulnerabilidade que as atravessam (Butler, 2015), de modo que a institucionalidade à qual estão submetidas as torna sujeitos de uma dessubjetivação, como cita Agamben (2008).

Assim, diante dos atravessamentos normativos-institucionais e dos processos de violências e violações de direitos impostos à mulheres trans e travestis, percebemos a construção de verdades-narrativas e de corporalidades enquanto ferramentas que encontram os sujeitos políticos tornando possível a produção de subjetivação, havendo dessa maneira, uma conexão subjetiva entre a ação e os atores sociais.

Com isso, é importante considerar os marcadores de gênero, raça, classe e sexualidade que acompanham as mulheres trans e travestis de favelas. Nesse sentido, torna-se evidente um conjunto de fatores fortemente presentes nas experiências de opressão e violência vivenciadas por esses sujeitos, os quais podem ser reflexo do grande desequilíbrio social decorrente do capitalismo e de traços do colonialismo. Esses elementos evidenciam características de repressão, seletividade e marginalidade, que marcam o cotidiano de sujeitos submetidos à injustiça social.

Considerando, então, que essas mulheres possuem características que convergem com o sujeito da injustiça social, que é aquele que vivencia processos de violência e opressão, preconceitos e discriminações impostos pelo sistema econômico vigente, resultando nas desigualdades injustas e imerecidas presentes em suas vidas e suas histórias, é necessário pensar os atravessamentos em relação aos ideais de justiça e em seu processo emancipatório (Cunha; Assy, 2016).

Aqui, quando falamos em sujeito da injustiça social, pensamos a dimensionalidade do processo de violência que afeta uma grande parcela da população em razão de vulnerabilidades outras que lhes foram impostas, de maneira a afetar os sujeitos no âmbito social, econômico, político, cultural, religioso e reforçar as dinâmicas de exclusão com base nos marcadores de gênero, raça, classe e sexualidade, sobretudo pensando pessoas moradoras de Favelas.

É preciso que todas as instituições sociais, incluindo aí o direito, reconheçam os sujeitos concretos da injustiça social e as diferentes modalidades da injustiça que sofrem para que possam, as instituições, atuarem no sentido de resgatarem a autonomia violada de tais sujeitos a fim de que eles possam voltar à construção praxiológica de sua própria identidade (Cunha; Assy, 2016, p. 26).

É nesse sentido que as noções sobre a produção de subjetivação, empoderamento e resistência política ganham espaço, sobretudo para pensar a resignificação de processos de deslegitimação e desqualificação dos sujeitos, diante de perspectivas individuais e coletivas. Assim, é necessário se pensar em cada momento e trajetória, para que possamos refletir sobre os estigmas que acompanham a historicidade de cada sujeito e da vida social como um todo, ao mesmo tempo em que mobilizam diferentes formas de resistência.

Sendo assim, é importante destacarmos a narrativa da **Entrevistada 2**, quando ela compartilha de sua experiência em trabalhar na pista, enquanto profissional do sexo *"Tipo, fiquei sem nada, eu trabalhava no Detran como emplacadora e fazia curso técnico de... é... segurança no trabalho, né? Mas aí eu não tava mais aguentando, precisava dar início à transição e eu não sabia como. Aí eu abandonei tudo, trabalho, curso e cai na pista, tipo eu comecei a botar roupa e me prostituía. Aí eu falei "gente, e agora o que que eu vou fazer da minha vida?". Tipo, não era isso que eu queria, não era a expectativa, mas era o único meio que eu tinha né? Aí dali eu fui me construindo"*.

Considerando esse cenário e estando Butler, preocupada em defender que é possível adotar outras posturas diante do luto ocasionado pela perda de inúmeras vidas e pela exposição de uma vulnerabilidade, destacando, ainda que existem vários meios de distribuir vulnerabilidades. A autora chama atenção para a "percepção de que podemos ser violados, de que outros podem ser violados, de que estamos sujeitos à morte pelo capricho de outrem: todos esses são motivos de medo e luto" (Butler, 2019, 9-10).

Para que assim, possamos pensar os processos de desumanização aos quais algumas vidas humanas são submetidas, assim como a relação entre a possibilidade de que a morte possa ser publicamente pranteada/chorada/enlutada e o valor atribuído à vida que foi perdida. Assim, é necessário construir um processo capaz de reconhecer a importância do luto ou da ação política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo a resignificar práticas sociais e colocar em chave a subversão de ordens social, política, cultural ou religiosa, que impõe limites à liberdade de mulheres trans e travestis, o presente trabalho buscou assinalar estratégias para pensar o que experienciam esses sujeitos reais, que vivenciam as injustiças sociais e acompanhar os processos de

reconstituição das dimensões éticas, epistêmicas e políticas, sobretudo no que diz respeito aos eixos de moradia, empregabilidade e educação.

Nesse cenário, é importante considerar as narrativas dessas jovens que contribuíram para a realização da presente pesquisa, e perceber que a vida de mulheres trans e travestis, negras, pobres, de território de Favela e periferia, é marcada por desafios profundos e interseccionados que refletem a discriminação estrutural de gênero, classe e raça. Uma vez que convivem com o abandono familiar e a dificuldade de acessar espaços educacionais, assim como o mercado formal de trabalho, lhes resta a pista como alternativa.

A partir das narrativas das jovens entrevistadas, que compartilharam as suas histórias de vida e são protagonistas na realização do presente trabalho, percebemos que a realidade socioeconômica de mulheres trans e travestis é complexa e atravessada por uma série de obstáculos que, cumulativamente, dificultam o acesso a direitos básicos e a melhoria de suas condições de vida.

Dentre os principais desafios enfrentados por jovens travestigêneres negras de Favela está a exclusão da educação e, conseqüentemente, do trabalho formal, impedindo a emancipação social desses sujeitos e expondo-os a precarização e vulnerabilidade. É preciso, portanto, a incursão pedagógica dos debates críticos de gênero e sexualidades, para dismantellar as normas excludentes de gênero e assegurar a inclusão e permanência de pessoas trans e travestis nas escolas e posteriormente no mercado formal de trabalho, com dignidade e mão de obra qualificada.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **1942** - O que resta de Auschwitz – o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III). Tradução de Selvino J. Assman. São Paulo: Boitempo, 2008.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. **Instituições de Ensino são espaços violentos e excludentes para pessoas trans e travestis**. ADUFSBA, Feira de Santana, 2023. Disponível em: <https://www.adufsba.org.br/noticia/5557/instituicoes-de-ensino-sao-espacos-violentos-e-excludentes-para-pessoas-trans-e-travestis>. Acesso em: 25 de out. 2024.

ASSY, Bethania; CUNHA, José Ricardo. **Teoria do Direito e o Sujeito da Injustiça Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

BENEVIDES, Bruna. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

BRASIL. **Resolução nº. 12**, de 16 de janeiro de 2015. Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023a.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023b.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **A força da não violência**: um vínculo ético-político. São Paulo: Boitempo, 2021.

BUTLER, Judith. **Dar cuenta de si mismo**: violencia ética y responsabilidad. Buenos Aires: Mutaciones, 2009.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2023**. Brasília: Ipea; FBSP, 2023.

CARDOSO, Fernando da Silva; TAVARES, Celma. El proceso de (des)institucionalización de la educación en derechos humanos en Brasil. **Perfiles Educativos**, n.45, n. 181, p. 144-160, 2023.

CARDOSO, Fernando da Silva; COSTA, Luísa Vanessa Carneiro da; DOURADO, Adalberto Davi Cruz Moitinho. O STD e a educação sexual: disputas e produções de sentidos em torno do ensino sobre gênero e orientação sexual. In: CAMPOS, Carmen Hein de; SILVA, Salete Maria da (Org.). **Feminismo e Direito**: Produção acadêmica sobre gênero, violência, participação política e sexualidades e(m) decisões do STF. 1 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2024.

CARVALHO, Guilherme Paiva de; OLIVEIRA, Aryanne Sêrgia Queiroz de. Gênero, transexualidade e educação: reconhecimento e dificuldades para emancipação. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 10, n. 4, ed. especial, 2017.

CONEXÃO G. **1º Dossiê anual do Observatório de Violências LGBTI+ em Favelas:** Violação dos direitos e episódios de violência contra pessoas LGBTI+ de favelas. 2023.

COSTA, Maria Adélia; COUTINHO, Eduardo Henrique Lacerda. Educação profissional e a reforma do ensino médio: lei nº 13.415/2017. **Educação & Realidade**, v. 43, p. 1633-1652, 2018.

DOUGLASS, Frederick. **The Color Line:** The North American Review 132.295 (1881), 567—577.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão:** o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Dissertação (mestrado). Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 25 de out. 2024.

FRASER, Nancy. **Capitalismo canibal:** como nosso sistema está devorando a nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GÓES, L. Pátria exterminadora: o projeto genocida brasileiro. **Revista Transgressões**, v. 5, n.1, p. 53–79, 2017.

GONZALES, Lélia. 1988. **A categoria político-cultural da amefricanidade.** Tempo Brasileiro (Rio de Janeiro), nº. 92/93 (jan./ jun.), 69–82.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero:** conceitos e termos. Brasília: Biblioteca Nacional, 2012.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Tatiane. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 70-87, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista estudos feministas**, v. 9, p. 541-553, 2001.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

OBSERVATÓRIO DE VIOLÊNCIAS LGBTI+ EM FAVELAS. **O que você sabe sobre educação da população LGBTI+ de Favelas?.** Rio de Janeiro: Conexão G, 2024.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. **Pedagogias das travestilidades**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

PIRES, THULA. **Direitos humanos e América Ladina**: Por uma crítica amefricana ao colonialismo jurídico. *LASA FORUM*, v. 50, p. 69-74, 2019.

PIRES, Thula; GILL, Andrea. Racializando o gênero: repensando a interseccionalidade para além da lógica identitária. In: DE SOUZA, Natália Maria Félix et al. **Feminismo, Gênero e Relações Internacionais**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023, cap. 2, p. 47-74.

SANTOS, Joel Rufino dos. **A metamorfose do negro**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SANTOS, Milena Afonso dos. **Maternidade negra interrompida**: contribuições de mães de vítimas do genocídio antinegro para uma gramática contra-hegemônica de direitos humanos / Milena Afonso dos Santos. - 2023. 127f.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 244 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2016.

W.E.B., Du Bois. **The Souls of Black Folk**. Edited by Henry Louis Gates. Oxford: Oxford University Press, 2007.

Dados de autoria

Adalberto Davi Cruz Moitinho Dourado

Doutorando e Mestre em Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), bolsista CAPES. E-mail: adalbertodavicmd@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-0911-861X>.

Luísa Vanessa Carneiro da Costa

Doutoranda e Mestre em Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), bolsista aluno FAPERJ nota 10. E-mail: luisavanessa12@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3544-4392>.

Milena Afonso dos Santos

Doutoranda e Mestre em Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), bolsista CAPES. E-mail: milena1afonso@gmail.com.